



ENSINO PROFISSIONALIZANTE

Aluno pode perder com carga menor

Com 2,1 mil horas de aula para formação geral, quem optar pela instrução técnica corre risco de se submeter ao Enem em desvantagem — afinal, terá 300 horas a menos do que aquele que seguir o formato tradicional

» MAYARA SOUTO

A reforma do ensino médio, aprovada terça-feira, na Câmara dos Deputados, pode prejudicar o estudante que optar pelo ensino profissionalizante. Isso porque o substitutivo ao Projeto de Lei (PL) 5.230/2023, elaborado pelo deputado Mendonça Filho (União-PE), reduziu para os alunos que fizerem esta opção a carga horária da formação geral. A partir de 2025, serão 2,1 mil horas contra as 2,4 mil horas estabelecidas para o ensino tradicional (**saiba mais pelo infográfico ao lado**).

A proposta elaborada no Senado, que foi rejeitada na Câmara, propunha que os dois formatos de ensino teriam 2,4 mil horas cada. No entendimento de especialistas ouvidos pelo **Correio**, o aluno que optar pelo profissionalizante terá um contato menor com as disciplinas básicas — como português, matemática, biologia ou física. São 300 horas a menos que o estudante que decidiu seguir a educação tradicional. O temor é que isso abra um abismo entre os conhecimentos daqueles que forem prestar o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem).

“(A reforma do ensino médio) reduz a carga horária básica para quem optar pela formação técnica e os coloca em desvantagem porque não terão acesso ao mesmo conhecimento dos demais. Sabemos o quanto é seletivo o ingresso para um curso superior no Brasil, especialmente nas universidades públicas. Vai prejudicar os jovens mais pobres, os que vão se profissionalizar”, avalia Mônica Silva, professora e coordenadora do grupo de pesquisa Observatório do Ensino Médio, da Universidade Federal do Paraná (UFPR).

Ela afirma que faltou discussão na Câmara dos Deputados sobre as propostas feitas pela senadora Dorinha Seabra

Entenda como fica para o estudante

A reforma do ensino médio, aprovada na segunda-feira, pela Câmara dos Deputados, deve ser implementada no próximo ano. Prevê alterações no atual modelo de ensino e a principal delas é a distribuição da carga horária na modalidade formal e na profissionalizante — que devem totalizar 3 mil horas por ano.



ENSINO FORMAL

Os estudantes optantes terão a carga horária dividida em:

2,4 mil horas de formação geral

Aulas de português, matemática, biologia, física, química, artes, educação física, inglês, filosofia, geografia, história e sociologia;

600 horas de itinerário formativo

O estudante escolherá qual das áreas do conhecimento (ciências humanas, ciências da natureza, linguagens, matemática) deseja aprofundar-se e ter reforço de aulas.

Fonte: Texto da reforma do ensino médio (PL 5.230/23)

ENSINO PROFISSIONALIZANTE

Os estudantes optantes terão a carga horária dividida em:

2,1 mil horas de formação geral

Aulas de português, matemática, biologia, física, química, artes, educação física, inglês, filosofia, geografia, história e sociologia;

900 horas de profissionalização

Escolha de um curso técnico que será seguido concomitantemente ao ensino médio. Exemplos: técnico em agricultura, informática, alimentos, entre outros;

Os cursos técnicos podem ser de 800 mil e 1,2 mil horas. Logo, para não ultrapassar as 3 mil horas máximas de ensino anual, poderão ser contabilizadas até 300 horas de aulas técnicas como sendo de formação geral.

(União-TO). “A votação trouxe prejuízos. O texto do Senado dava muito mais elementos para assegurar um ensino médio de qualidade”, lamenta.

Porém, seja para o aluno que optar para o ensino formal, seja para aquele que seguir a formação profissionalizante, nos dois casos terão de cumprir,

anualmente, 3 mil horas de aulas.

A menor carga para as matérias básicas no ensino técnico também chamou a atenção no movimento secundarista, que considerou negativa a redução para 2,2 mil horas. “O texto do Senado estava muito melhor. Fomos surpreendidos pela votação atropelada na Câmara”, crítica

Hugo Silva, presidente da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (Ubess). Para ele, o ideal seriam as 2,4 mil horas básicas iguais para todos.

Outro aspecto negativo da reforma aprovada, segundo Hugo, foi a retirada da obrigatoriedade de as escolas oferecerem o ensino médio noturno, que garantiria



(A reforma) reduz a carga horária básica para quem optar pela formação técnica e a coloca em desvantagem porque não terá acesso ao mesmo conhecimento. Prejudica os mais pobres, os que vão se profissionalizar”

Mônica Silva, coordenadora do grupo de pesquisa Observatório do Ensino Médio da UFPR

acesso, principalmente, àqueles alunos oriundos da Educação de Jovens e Adultos (EJA) — uma vez que trabalham durante o dia. “A gente vai se mobilizar para pressionar o Ministério da Educação (MEC) a vetar esses pontos negativos para os estudantes”, adiantou.

Para o Movimento Todos Pela Educação, a reforma aprovada dá “flexibilidade” às redes de ensino. “Dá uma possibilidade de as redes terem muito mais flexibilidade e garantirem a formação geral básica, que permite ao aluno ter um bom desempenho no Enem e continuar os estudos no ensino superior”, observa Priscila Cruz, presidente-executiva da instituição.

O ponto positivo de consenso entre os especialistas é a melhor definição dos chamados “itinerários formativos”. Seria uma forma de os estudantes aprofundarem o conhecimento na área de maior interesse, com vistas ao ensino superior. O texto aprovado prevê que o Conselho Nacional da Educação definirá quais são os itinerários possíveis e como serão implementados.

CULTURA

Projetos no Norte receberão R\$ 24 mi

» VITÓRIA TORRES*

O Ministério da Cultura (MinC) e o Banco da Amazônia fecharam, ontem, em Belém, os primeiros contratos do programa Rouanet Norte. Serão investidos R\$ 24 milhões e a iniciativa visa incentivar 125 projetos culturais da Região Amazônica. São 14 iniciativas do Amapá, 14 do Acre, 33 do Pará, 20 do Tocantins, 15 do Amazonas, 14 de Roraima e 15 de Rondônia.

O Rouanet Norte foi concebido para atender a uma antiga demanda: a necessidade de descentralizar os recursos da Lei de Incentivo à Cultura. O programa foi lançado em novembro de 2023 e é uma colaboração entre o Banco da Amazônia, o Banco do Brasil, a Caixa Econômica Federal e os Correios.

Os R\$ 24 milhões no Rouanet Norte garantem um volume de recursos para uma região historicamente desassistida. O programa foi proposto pelo secretário Henilton Menezes, de Economia Criativa e Fomento Cultural do MinC, como uma ação para a descentralização dos recursos culturais.

“Esperamos que essa iniciativa inspire outras empresas a reconhecerem a importância de nacionalizar os recursos destinados à cultura”, observou Menezes. A participação de quatro empresas financiadoras da Lei Rouanet é inédita e demonstra o compromisso com o desenvolvimento cultural da Amazônia.

Segundo Geraldo Monteiro Júnior, analista de patrocínio do Banco da Amazônia e membro avaliador do programa, “o objetivo é democratizar o acesso às manifestações artístico-culturais na Região Amazônica, fortalecendo as cadeias produtivas do setor cultural. As propostas contempladas abrangem uma ampla gama de linguagens artísticas, incluindo artes cênicas, música, artes visuais e literatura”.

A cerimônia estiveram presentes o presidente do Banco da Amazônia, Luiz Lessa — que salientou que as parcerias institucionais ampliam a circulação da produção cultural e fortalecem a política cultural da instituição —, e a ministra Margareth Menezes (Cultura).

Centro cultural Além da assinatura dos contratos, foi celebrado um protocolo de intenções entre o Banco da Amazônia e o MinC, pelo qual a ideia é desenvolver ações integradas de cooperação técnico-científica e cultural. Isso serve para promover o intercâmbio de conhecimento para fortalecer o setor cultural da Região Norte. Trata-se de um ponto de partida para a criação do primeiro Centro Cultural do Banco da Amazônia na região, a ser instalado na capital paraense.

Ruth Helena Lima, gerente da Central de Marketing e Comunicação do banco, destaca a criação do centro cultural como uma ação importante. “Nosso objetivo é expandir essa iniciativa para outros estados onde atuamos. Queremos fazer a diferença na vida das pessoas, promovendo mais cultura, emprego e renda para a região”, salientou.

O protocolo para o centro cultural estabelece algumas diretrizes — como a promoção da democratização do acesso às cadeias produtivas culturais e o apoio à produção artística.

*Estagiários sob a supervisão de Fabio Grecchi

FARMÁCIA POPULAR

95% dos medicamentos agora são de graça

» MARIA BEATRIZ GIUSTI*
» HENRIQUE FREGONASSE*

Dez novos medicamentos foram incluídos na lista de gratuidade do programa **Farmácia Popular**. Isso representa que 95% dos remédios e insumos oferecidos pelo programa — 39 dos 41 disponíveis — serão distribuídos gratuitamente e, segundo o Ministério da Saúde, aproximadamente 3 milhões de pessoas serão beneficiadas.

“Estamos agregando à gratuidade 10 medicamentos. São indicados para colesterol alto, doença de Parkinson, glaucoma e rinite. Essa lista incluía remédios para diabetes, hipertensão, asma, osteoporose e anticoncepcionais”, anunciou a ministra da Saúde, Nísia Trindade, no evento comemorativo aos 20 anos do programa.

Passam a ser gratuitos os seguintes medicamentos: sinvastatina (em doses de 10 mg, 20 mg e 40 mg), para o tratamento do colesterol alto; carbidopa 25 mg + levodopa 250 mg e cloridrato de benserazida 25 mg + levodopa

20 anos de programa

O Farmácia Popular foi criado em 2004, no primeiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O Ministério da Saúde estima que o programa beneficiou 70 milhões de pessoas e está presente em 4,7 mil municípios. São mais de 31 mil estabelecimentos credenciados. Numa comparação entre os meses de junho de 2022 e de 2023, houve um aumento de 8,8% — representa 22 milhões de pessoas a mais beneficiadas.

100 mg — ambos utilizados no tratamento da doença de Parkinson; maleato de timolol (em doses de 2,5 mg e 5 mg), para o glaucoma; budesonida (em doses de 32 mcg e 50 mcg) e dipropionato

Ed Alves/CB/D.A Press



Trinta e nove remédios do programa são distribuídos a custo zero

de beclometasona (50 mcg/dose), para as rinites alérgicas.

O relançamento do programa, em 2023, incluiu a gratuidade de medicamentos de osteoporose e anticoncepcionais.

Na sequência, acrescentou a distribuição de fraldas, absorventes para pessoas em situação de vulnerabilidade social e alunos da rede pública de ensino. Desde então, 560,4 mil

mulheres retiraram anticoncepcionais e medicamentos de osteoporose.

Universalização

Segundo o ministério, o plano é de universalizar o programa de forma a cobrir 93% do território nacional. “Foram credenciadas 536 novas farmácias, em 380 novos municípios de referência do Programa Mais Médicos, com 352 cidades do Norte e Nordeste recebendo a primeira unidade cadastrada”, observou a pasta.

Ao lembrar os 20 anos do programa, Nísia lembrou que em 2022 havia “o risco efetivo de morte da Farmácia Popular, porque estava previsto um corte de 60% do orçamento. Foi essa a situação que vimos, inclusive, no período da transição (governamental). Em 2024, conseguimos, na reconstrução feita desde o ano passado, garantir para o Farmácia Popular um orçamento de R\$ 5,1 bilhões. Isso é uma conquista fundamental para a garantia do programa”.